

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Análise de satisfação e experiência do visitante no Parque Estadual do Ibitipoca

Autor

Miguel da Silva Botelho

Orientador

Prof. Dr. Altair Sancho Pivoto dos Santos

JUIZ DE FORA - MG

2025

RESUMO

A partir da pandemia de Covid-19 aumentou-se significativamente o número de turistas em destinos naturais. Com esse aumento, faz-se necessário estudos que buscam compreender o comportamento desses turistas. Portanto, o objetivo deste trabalho é avaliar como se dá a experiência do visitante em uma área natural protegida do estado de Minas Gerais – Parque Estadual do Ibitipoca. No presente estudo, vá-se discutir temas como Unidades de Conservação, ecoturismo e turismo de natureza e como esses conceitos se relacionam com a experiência e a satisfação do visitante nessas áreas. Por fim, pode-se concluir que o Parque Estadual do Ibitipoca pode ser entendido como um destino positivo no que tange aos serviços prestados. Além disso, é possível verificar a presença de vários elementos que compõem o conceito de ecoturismo ao longo da análise de experiência do visitante.

Palavras-chave: Ibitipoca; experiência turística; turismo de natureza; ecoturismo; Unidades de Conservação; Parques Naturais.

ABSTRACT

Since the Covid-19 pandemic, the number of tourists visiting natural destinations has increased significantly. With this increase, studies that seek to understand the behavior of these tourists are necessary. Therefore, the objective of this study is to evaluate the visitor experience in a protected natural area in the state of Minas Gerais – Ibitipoca State Park. This study will discuss topics such as Conservation Units, ecotourism, and nature tourism and how these concepts relate to the visitor experience and satisfaction in these areas. Finally, it can be concluded that Ibitipoca State Park can be understood as a positive destination in terms of the services provided. In addition, it is possible to verify the presence of several elements that make up the concept of ecotourism throughout the analysis of the visitor experience.

Keywords: Ibitipoca; tourist experience; nature tourism; ecotourism; Conservation Units; Natural Parks.

1. INTRODUÇÃO

A experiência turística em áreas naturais protegidas, como o Parque Estadual do Ibitipoca, tem se intensificado após a pandemia de Covid-19. Isto se deu, principalmente, devido ao isolamento social necessário para conter o espalhamento da doença. Ou seja, neste período de dois anos (2020 e 2021), os locais antes tradicionais para se viajar, como praias, grandes cidades e centros urbanos não estavam em condições sanitárias para o recebimento desses turistas. Devido a isso, “novos locais” (mais “alternativos”), antes mais nichados, passam a ser cada vez mais procurados pela demanda turística, como os parques naturais (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2024).

O Ministério do Turismo (2024), em uma matéria publicada em seu site oficial, aponta que a visitação a parques naturais, em 2023, aumentou 15% com relação ao ano anterior, em números reais representando 11,8 milhões de visitantes. Uma pesquisa realizada pelo mesmo órgão apontou que 27% dos entrevistados têm o ecoturismo como sua preferência de viagem, ficando atrás apenas do turismo sol e praia, que representa 59% dos viajantes consultados. (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2024).

Diante desse aumento e enfoque do turismo em áreas naturais protegidas após a pandemia de Covid-19 (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2024), faz-se necessário intensificar os estudos sobre como se dá esse turismo, seja em âmbitos administrativos, envolvendo questões gerenciais, territoriais, políticas, seja num âmbito mais subjetivo analisando as relações entre o ser humano (turista) e esse ambiente natural.

Inspirado nesse contexto, este estudo terá como enfoque os conceitos de *experiência* (mais precisamente, a experiência turística) e *satisfação*, vinculados à visitação em áreas protegidas, com enfoque no parque Estadual do Ibitipoca, MG. Logo, surgem questionamentos fundamentais que nortearam a presente pesquisa: como se desenvolve a experiência turística no Parque Estadual do Ibitipoca? Como o visitante avalia os serviços prestados e de que forma essa avaliação impacta na experiência final da visitação? Ou seja, pretende-se com esta pesquisa analisar a satisfação do visitante no Parque Estadual do Ibitipoca, correlacionando seus principais apontamentos e com isso buscar soluções para eventuais problemas encontrados.

2. JUSTIFICATIVA

A presente pesquisa, a partir de suas discussões e reflexões, possui relevante importância no que tange a experiência e (não menos importante) os meios para construir essa experiência para o visitante. Dentre as principais justificativas para o desenvolvimento desta pesquisa, tem-se abaixo uma lista contendo-as:

- I. Auxiliar as gestões de parques em áreas naturais a desenvolver, de forma mais assertiva, os atrativos naturais e/ou culturais, contribuindo para uma melhor qualidade de experiência do visitante;
- II. Auxiliar as gestões de parques em áreas naturais a dimensionar, mais claramente, problemas estruturais relacionados à infraestrutura, meio ambiente e sustentabilidade, levando em conta a forma como os visitantes avaliam esses ambientes;
- III. Desenvolver estudos direcionados a áreas naturais protegidas, de modo que temas como sustentabilidade e ecoturismo, manejo de recursos naturais, dentre outros sejam contrapostos à experiência do ser humano (neste caso estudado, turistas) nesses ambientes.

3. OBJETIVOS

Objetivos Geral

Compreender o nível de satisfação e a experiência geral dos visitantes do Parque Estadual do Ibitipoca no Estado de Minas Gerais.

Objetivos específicos:

- Compreender as principais motivações de viagem dos visitantes do Parque Estadual do Ibitipoca;
- Compreender o perfil geral do visitante do Parque Estadual do Ibitipoca, buscando entender seus gostos, suas características e seu perfil socioeconômico.
- Investigar se as experiências dos visitantes no Parque Estadual do Ibitipoca se caracterizam como segmento de turismo de natureza ou de ecoturismo;
- Investigar os principais entraves para uma melhor experiência do visitante no parque, buscando suas causas e pensando em possíveis soluções.

4. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Para atingir os objetivos propostos neste artigo, uma gama de conceitos e elementos norteadores serão utilizados. Ao longo desta sessão, vá-se discutir e debater, primeiramente, as definições acerca dos atores, órgãos e normas que regem o Parque Estadual do Ibitipoca, visto que este está catalogado como uma Unidade de Conservação de proteção integral, disposta no Sistema Nacional de Unidades de Conservação, que possui regras e normas para a regulamentação da visitação e do uso público dessas áreas.

Posteriormente, a discussão vai-se voltar para os conceitos de turismo de natureza, ecoturismo e suas noções básicas. Afinal, o Parque Estadual do Ibitipoca é um atrativo turístico que pressupõe atividades que envolvam diretamente o ambiente natural e seus aspectos físicos, geológicos e culturais. Portanto, o entendimento conceitual de como se dá os tipos de turismo possíveis no parque é devidamente importante para se compreender a complexidade da atividade e auxiliar no dimensionamento da experiência vivenciada pelo visitante.

4.1 Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), Parques e Uso público

As chamadas Unidades de Conservação, também conhecidas por UCs, são áreas naturais do território nacional brasileiro que têm, em resumo, o pressuposto de proteger e preservar a biodiversidade do ecossistema e os recursos naturais inseridos nesses espaços, além de estarem alinhadas às políticas de uso público dessas localidades na maioria de suas categorias, permitindo assim a visitação. Essa nomenclatura foi criada a partir da Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000, lei essa responsável, também, pela criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), que tem como seu objetivo unir todas as UCs do Brasil em um único sistema integrado, no qual pudesse ser estipulados padrões de conduta e manejo das mesmas (LOPES, 2013; FONSECA et al, 2019; FABRICIO, 2015; VALLEJO, 2013).

O sistema é uma reunião de todas as UCs do país e as organiza para planejá-las e administrá-las de forma integrada, protegendo as diferentes populações, habitats e ecossistemas de forma a garantir a sobrevivência das espécies ecologicamente viáveis no território e nas águas jurisdicionais brasileiras. Por isso, todas as esferas de governo participam de sua gestão (FABRICIO, 2015).

Dentre os principais objetivos do SNUC estão, dentre 13 metas traçadas, (1) a contribuição para preservação das diversidades de ecossistemas biológicos do território nacional e das águas jurisdicionais; (2) a promoção de um desenvolvimento sustentável dos recursos naturais do território; (3) preservar as condições geomorfológicas, arqueológicas e culturais do Brasil; (4) proporcionar incentivos para a pesquisa científica e estudos ambientais; (5) proteger recursos ambientais necessários para a sobrevivência de grupos tradicionais moradores dessas Unidades de Conservação (LOPES, 2013; VALLEJO, 2013).

O SNUC divide as UCs em dois grupos diferentes: as unidades de proteção integral e as de uso sustentável. O primeiro grupo tem o objetivo a preservação da natureza, podendo ter apenas uso indireto de seus recursos naturais. São tidas como unidades de proteção integral a Estação Ecológica; Reserva Biológica; Parque Nacional/Estadual/Municipal; Monumento Natural; e o Refúgio da Selva Silvestre. Devido ao seu caráter sensível, medidas são tomadas para evitar impactos significativos. Já as UCs de uso sustentável permitem o uso direto de atributos naturais, de forma racional e controlada. São considerados unidades de proteção sustentável a Área de Proteção Ambiental; Área de Relevante Interesse Ecológico; Floresta Nacional/Estadual/Municipal; Reserva Extrativista; Reserva de Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável; e Reserva Particular do Patrimônio Natural (LOPES, 2013; FABRÍCIO, 2015; RAIMUNDO; SIDNEI, 2021).

No presente artigo, vá-se trabalhar com os Parques Naturais, dispostos no grupo de UCs de proteção integral, isto é, que só podem ter seus recursos usados de forma indireta. Os parques são definidos como grande extensão de área com objetivo de preservação dos ecossistemas naturais ali presentes. Nesses ambientes é permitido a pesquisa científica sob autorização da UC, visitação pública, atividades educativas e o turismo ecológico (LOPES, 2013; FABRÍCIO, 2015).

Diante disso, pode-se pensar num primeiro momento que as UCs surgem para “impedir” ou “atrapalhar” o desenvolvimento de atividades econômicas nas dependências de seus territórios, contudo a intenção para a criação dessas áreas é justamente propiciar a continuidade e existência futura desses territórios tão importantes para o desenvolvimento de vários setores da economia e da sociedade, como o turismo que será usado como palco neste estudo (FABRÍCIO, 2015). Medeiros e Young salientam, por exemplo:

(...) ao contrário do que alguns setores da sociedade imaginam, as unidades de conservação não constituem espaços protegidos 'intocáveis', apartados de qualquer atividade humana (...) elas fornecem direta ou indiretamente bens e serviços que satisfazem várias necessidades da sociedade brasileira, inclusive produtivas (MEDEIROS; YOUNG, 2011 apud. FABRICIO, 2015).

Em todas as tipologias descritas acima, com exceção das reservas e estações ecológicas, o uso público é permitido, assim incluindo a visitação pública e a presença de atividades turísticas. Como definição, o uso público pode ser entendido como os diferentes tipos de visitação em áreas protegidas, seja para atividades educativas, recreativas, descanso e lazer, esportivas, de interpretação ambiental, dentre outros modos de realizar essa visita (VALLEJO, 2013).

No caso específico da atividade turística, a Constituição Federal dispõe da Portaria nº 289 de 3 de maio de 2021, que dispõe sobre o uso público em Unidades de Conservação. Nesta portaria também é definido conceitos como visitação, área de visitação, atrativo e Plano de Uso Público (PUP), documento este responsável por guiar o planejamento de manejo do uso público em Unidades de Conservação.

Portaria nº 289, Art. 2º: Para os fins previstos nesta Portaria define-se como: I - uso público: termo utilizado para tratar com abrangência a gestão da visitação, desde o planejamento, implementação e monitoramento de diferentes oportunidades de visitação nas unidades de conservação como desenvolvimento do ecoturismo, da interpretação ambiental, entre outras ações (BRASIL, 2021).

A portaria diz também sobre o conceito de visitação e área de visitação:

Portaria nº 289, Art. 2º: II - visitação: consiste na utilização das unidades de conservação com fins recreativo, desportivo, educacional, cultural ou religioso, entre outras formas de utilização indireta do recursos naturais e culturais; III - área de visitação: unidade de planejamento da visitação, especialmente delimitada nos instrumentos de planejamento, que compreende um ou mais atrativos. A área de

visitação pode englobar porções de uma ou mais zonas de manejo da unidade de conservação (BRASIL, 2021).

Para Vallejo (2013), existem três tipos de grupos envolvidos com o uso públicos em áreas naturais: os gestores, os visitantes e os prestadores de serviços. O papel dos gestores em uma Unidade de Conservação, públicos ou privados, tem correlação com o controle do território em que se envolve a UC, seja na criação de Planos de Manejo que devem conter características físicas, biológicas, seus atrativos e possibilidades de uso, além das infraestruturas operacionais para o funcionamento da área em questão. São esses os principais responsáveis pelo monitoramento da visitação nas UCs, que juntamente com os prestadores de serviços devem planejar de forma eficaz como se dará o uso público nessas áreas (VALLEJO, 2013).

Sobre a visitação em parques públicos, Vallejo (2013) descreve:

De todas as UCs do sistema nacional, os parques públicos são os mais populares e sobre eles recaem as maiores atenções em relação ao uso recreativo e turístico. As atividades em contato com os ambientes naturais, principalmente em parques, têm aumentado tanto em relação às modalidades, como em número de praticantes, o que requer o estabelecimento de diretrizes e normas para a visitação adequada, respeitando-se sempre um dos principais objetivos das áreas protegidas, ou seja, a conservação da natureza (VALLEJO, 2013).

Diante do exposto, é possível entender que a categoria dos visitantes é a mais diversificada, com a inúmeros pontos de vistas numéricos e qualitativos, grupo este que atrai enorme atenção tanto dos gestores quanto dos prestadores de serviços (VALLEJO, 2013). Vallejo (2013) afirma que os visitantes são os consumidores do parque, isto é, consumindo os atrativos naturais e utilizando de suas dependências, com diferenças, inclusive, na forma como esse consumo é realizado por esses frequentadores.

Hendee et al (1990), citado por Vallejo (2013), distribui as motivações para uma visita a um parque natural em cinco tipos: recreativo, comercial, científico, educacional e para desenvolvimento pessoal. Contudo, é possível perceber que na prática esses tipos estabelecidos se

misturam durante a visita, podendo uma visita educacional promover também servir com propósito de desenvolvimento pessoal (VALLEJO, 2013).

A partir da redemocratização do Brasil, em 1988, e intensificação de processos de economia neoliberal e descentralização de poder estatal, os parques nacionais passaram a ser cada vez mais pensados como um produto, que deveria ser gerido por entes privados que supostamente teriam melhores recursos e condições de administrar essa categoria de UCs. Nos últimos anos, é possível reconhecer por parte do Estado, um investimento crescente em políticas de parcerias para apoiar a prestação de serviços em UCs (RAIMUNDO; SIDNEI, 2021; SANCHO-PIVOTO; et al., 2022).

Existem diferentes modalidades de parcerias em UCs, como (1) a permissão, na qual o Estado permite o uso da UC para pessoas físicas ou jurídicas em tempo indeterminado sob licitação prévia; (2) a autorização, na qual o Estado, por meio de ato institucional, autoriza a pessoas físicas ou jurídicas o uso da UC por tempo indeterminado sem necessidade prévia de licitação pública; a (3) concessão, que concede direito de uso a empresas ou conglomerados empresariais de UCs por tempo determinado e com licitação prévia, sendo monopólio empresarial ou não; dentre outros tipos menos comuns tal qual a co-gestão e a parceria com organizações da sociedade civil (FONSECA et al, 2022).

A concessão é o tipo de modalidade que mais tem adquirido importância no que tange aos modelos de parceria possíveis entre UCs, principalmente os parques, e a iniciativa privada nacionalmente e, também, no caso de Minas Gerais. Isso se deve em muito pela segurança dada por este tipo de modelo às empresas participantes, como tempo previsto de uso e, com isso, maior possibilidade de planejamento empresarial (RAIMUNDO; SIDNEI, 2021; SANCHO-PIVOTO; et al., 2022).

De modo geral, os serviços que essas empresas concessionárias se responsabilizam no âmbito dos parques são: venda de ingressos, serviços de atendimento, serviços de transporte e alimentação, lojas, controles de acesso, banheiros, limpeza, atendimento, dentre inúmeros outros que podem ser realizados pelas mesmas (RAIMUNDO; SIDNEI, 2021).

A prestação de serviços no interior de parques acontece, em geral, por meio de concessões em que o poder público disponibiliza instalações para esta finalidade, sendo que uma parcela dos recursos auferidos neste

processo poderá ser utilizada em benefício da(s) própria(s) área(s) protegida(s) (VALLEJO, 2013).

Em 2019, o estado de Minas Gerais criou o Programa de Concessão de Parques Estaduais (PARC) que tem como objetivo estabelecer normas para parcerias com a iniciativa privada nos parques estaduais. A iniciativa tem o intuito de atrair investimentos, aumentar o número de empregos e ampliar recursos no que diz respeito à conservação ambiental em MG. Dentre os 20 parques estaduais que, até 2022, estavam em processo de concessão com empresas privadas, o Parque Estadual do Ibitipoca era um desses, que foi concessionado pela empresa PARQUETUR por um tempo de 30 anos (SANCHO-PIVOTO et al, 2022).

Como citado anteriormente, o uso público dentro de uma Unidade de Conservação através da visitação (turística) pode ocorrer de formas distintas, seja com viés educacional, lazer, desenvolvimento pessoal, acadêmico, etc (VALLEJO, 2013). Portanto, o próximo bloco vai explorar as diferenças conceituais dos tipos de experiências turísticas possíveis em um ambiente natural, evidenciando a modalidade ecoturismo e suas peculiaridades, que vem ganhando espaço nas discussões acerca das questões socioambientais nos últimos anos (FRANCO et al, 2021).

4.2 Turismo de Natureza e Ecoturismo: uma abordagem conceitual e experiencial

As modalidades de turismo em ambiente natural possuem várias nomenclaturas particulares, tais como turismo de aventura, turismo cenográfico, turismo fotográfico, entre outras, que podem ser possíveis no ambiente natural. Isto ocorre pois, a depender da motivação presente no planejamento da viagem, novas categorias surgem para defini-la de forma mais eficiente (MOREIRA, 2014 apud OLIVEIRA et al, 2023). Contudo, como meio de facilitar a compreensão, neste estudo vai-se utilizar uma categoria majoritária, o turismo de natureza, para abranger todo e qualquer tipo de atividade turística que utiliza das áreas naturais para se desenvolver (OLIVEIRA et al, 2023).

Sobre o turismo em áreas naturais, Fabricio (2015), em sua obra *“Turismo, meio ambiente e sustentabilidade”*, aponta que:

Atrativos naturais sempre foram um grande estímulo para o deslocamento dos turistas, e a utilização da natureza como cenário é o

diferencial de diversos destinos pelo mundo. (...) os benefícios das atividades turísticas podem ser traduzidos em desenvolvimento econômico, geração de emprego, melhoria de infraestrutura, alternativa de lazer para a população local e motivação para que esta permaneça no local onde vive (...). (FABRICIO, 2015)

A depender da motivação e, conseqüentemente, da modalidade adotada pelo turista na visitação a uma área natural, sua experiência enquanto visitante ocorrerá de maneira distinta. (OLIVEIRA et al, 2023) Como exemplo, pessoas que viajam para lazer e recreação para parques naturais vão experienciar os atrativos de forma completamente diferente de quem vai ao parque com motivação de adquirir mais conhecimentos sobre os ecossistemas ali presentes.

Portanto, Porto, Silva e Cardoso (2014), citados por Oliveira et al. (2023), definem turismo de natureza como “um segmento da atividade turística que abrange todas as modalidades que ocorrem em ambientes naturais, independente da motivação e do comportamento desses turistas”. Isto significa que, ecoturismo, turismo de aventura, dentre todas as modalidades possíveis, com diferentes motivações, estão abrangidas no conceito de turismo de natureza.

Outro autor que discorre sobre o conceito de turismo de natureza é Martins (2018), citado por Oliveira et al., (2023), que diz:

Entendemos que o Turismo de Natureza é todo o turismo realizado em ambientes nos quais a paisagem é seu principal atrativo. Ele acontece independentemente da existência de estruturas formais e é movido basicamente pelos interesses do mercado, ainda que não exista necessariamente uma preocupação ambiental e social. Essa modalidade de turismo se motiva, então, pelos lócus da Natureza (risco, descanso, lazer ou retorno às raízes) e nem sempre ocorre em áreas protegidas (MARTINS, 2018 apud OLIVEIRA et al. 2023).

A partir dos anos 1970, com o crescente debate em torno das questões ambientais, o turismo de natureza se tornou palco de críticas em relação à forma como as áreas naturais eram utilizadas pela atividade turística massificada, que visava cada vez mais turistas sem uma preocupação necessária com a estrutura desses ambientes sensíveis. O impacto do turismo massificado sentido por atrativos naturais atingiu tal nível que ficou conhecido por “turismo

predador” (COSTA, 2009; FRANCO, 2015). Com isso, novas modalidades buscavam agredir menos o meio ambiente e contribuir para uma experiência mais rica e sensorial por parte dos visitantes, contribuindo para uma maior conscientização ambiental dos visitantes e dos gestores (FRANCO et al., 2021).

Diante disso, esses tipos de experiência, guiadas por motivações ambientalistas, com intuito de conhecer mais a fundo o ambiente natural e suas particularidades, que vêm crescendo bastante ao longo dos últimos anos no Brasil e no mundo, são as que envolvem o conceito de *ecoturismo*. Essa modalidade, que muitas das vezes é confundida com o conceito de turismo de natureza, pode ser definida como uma atividade turística que utiliza o patrimônio natural e cultural de uma forma sustentável e buscando sempre os princípios ecológicos em um ambiente natural, incentivando sua conservação e também a formação de uma consciência ambiental em quem o pratica através das possíveis interpretações do ambiente (BRASIL, 2006 apud OLIVEIRA et al 2023; FRANCO et al, 2021).

Outros autores como Vasconcelos, Silva e Costa (2012), citados por Oliveira et al (2023), entendem que para realizar práticas de ecoturismo é necessário possuir uma certa consciência ambiental dos profissionais e turistas envolvidos, isto porque esta atividade se desenvolve a partir de uma relação intrínseca entre o ser humano e o meio ambiente natural.

Cruz (2015), citado por Oliveira et al (2023) contribui para o entendimento sobre ecoturismo da seguinte forma:

(...) o ecoturismo é caracterizado como uma modalidade de turismo na natureza assim como o geoturismo, turismo de aventura, turismo rural, agroturismo, o turismo ecológico, entre outros. O princípio que o diferencia das demais categorias é sua preocupação com a conservação da natureza e preservação das comunidades autóctones, promovendo a conscientização e educação ambiental (OLIVEIRA et al 2023).

Logo, o ecoturismo surge como (1) uma alternativa ao turismo de massa, buscando formas mais sustentáveis de gerenciar a atividade turística em ambientes naturais; (2) uma alternativa econômica viável a países em desenvolvimento (como o Brasil) que visavam produtos diferenciadores para competir com o turismo de natureza mais globalizado; (3) a partir do crescente desejo das pessoas em terem uma reconexão com a natureza, buscando experiências

mais sensoriais em áreas naturais; e (4) como uma esperança em mixar sustentabilidade financeira e desenvolvimento sustentável em áreas naturais cruciais para a conservação de biodiversidade (FRANCO et al, 2021).

Honey (2008), citado por Franco et al (2023), faz uma contribuição interessante sobre o conceito de ecoturismo:

O “ecoturismo genuíno” é mais do que viajar para apreciar a natureza, é um fenômeno que deve incluir a minimização de impactos ambientais e culturais negativos, e garantir contribuições para a conservação da natureza e a sensibilização ambiental. Deve apoiar projetos para o desenvolvimento sustentável das comunidades locais, ampliar a consciência política e estabelecer códigos de conduta para os viajantes e prestadores de serviços (FRANCO et al, 2023).

Das definições feitas, como dito, há uma costumeira confusão entre os conceitos de turismo de natureza e ecoturismo, contudo, apesar de ambos acontecerem no ambiente natural, o segundo pode ser considerado como uma subcategoria do turismo de natureza, que abrange uma maior experiência ecológica e, conseqüentemente, maior incentivo à preservação e à educação ambiental. De outro modo, dentro do conceito de turismo de natureza também está inserido atividades turísticas que ocorrem em áreas naturais mas que, contudo, não necessariamente seguem padrões de conservação ou estimulam a conscientização acerca do ambiente natural em que estão inseridas (OLIVEIRA et al., 2023).

Esse uso equivocado dos conceitos ecoturismo e turismo de natureza se dá principalmente pelo marketing mercadológico que utiliza do rótulo “ecoturismo” para descrever as experiências proporcionadas em seus ambientes, com intuito de passar uma imagem pró-natureza mas, sem necessariamente cumprir com os pré-requisitos da modalidade. Em muitos casos, os locais que utilizam do conceito equivocadamente apresentam formas convencionais de turismo de natureza, sobretudo pensado para suprir necessidades econômicas e pouco preocupados com a conservação desses elementos naturais ou culturais (FRANCO et al., 2021).

Acott et al (1998), citado por Franco et al (2021), diz haver dois tipos de caracterização possíveis sobre o ecoturismo: o ecoturismo *Hard*, que abrange uma experiência imersiva no ambiente natural, e o ecoturismo *Soft*, que seria algo de consumo mais rápido, fácil e superficial.

Contudo, ambos, *soft e hard*, estariam enquadrados na classificação de ecoturismo (FRANCO et al, 2021).

Diante dessas visões é possível concluir que ecoturismo é uma modalidade que envolve práticas de experiência turística em ambientes naturais envolvendo a comunidade local e o implemento de atividades que desenvolvem uma consciência ambiental. Atividades como observação de fauna e flora, visitas a caverna, observação astronômica, mergulho livre, trilhas interpretativas, dentre inúmeras outras atividades que podem ter suas bases no ecoturismo (FABRICIO, 2015; OLIVEIRA et al, 2023; FRANCO et al, 2021).

Como discutido acima, o ecoturismo é uma grande influência para um maior bem-estar, tanto físico quanto mental. Outra modalidade que se entrelaça com essa é o turismo de saúde, que pode ser entendido como uma atividade turística com fins de melhorar a qualidade de saúde do seu praticante, e aqui entende-se saúde não apenas como a ausência de doença ou enfermidade, mas como um complexo arranjo que envolvem todas as partes da existência saudável do ser humano, tanto fisicamente quanto psicologicamente (SANCHO-PIVOTO et al, 2022).

Para uma melhor compreensão desse conceito, o conceito de saúde mistura diferentes tipos de bem estar, como o bem-estar físico (bom condicionamento físico), mental (boa saúde mental) e social (bons laços sociais). (SANCHO-PIVOTO et al., 2022). Além disso, a própria conceituação de bem-estar pode ser interpretada como “um estado de envolvimento bem-sucedido, satisfatório e produtivo com a própria vida e a realização de todo o potencial físico, cognitivo e socioemocional de alguém” (ROMAGOSA et al., 2015 apud SANCHO-PIVOTO et al., 2022).

Logo, ao decorrer da pesquisa, esses conceitos apresentados acima, serão utilizados para poder-se analisar a satisfação dos visitantes durante suas experiências no Parque Estadual do Ibitipoca em Minas Gerais, uma Unidade de Conservação com possibilidade de uso público, e conseqüentemente, criar caminhos para entendermos a experiência vivenciada pelo visitante, suas motivações principais e, portanto, classificar as possíveis modalidades de turismo realizadas no parque.

5. METODOLOGIA

A presente pesquisa, de caráter qualitativo, envolveu levantamento bibliográfico, documental e pesquisa de campo no parque Estadual do Ibitipoca.

A primeira etapa da pesquisa, abrange toda a coleta de dados documentais sobre o Parque Estadual do Ibitipoca; sobre as regras nacionais, estaduais e municipais no que diz respeito a áreas protegidas e parques, como o de Ibitipoca. Conjuntamente a esta etapa, tem-se a pesquisa bibliográfica, que busca dar base teórica para a pesquisa, discutindo e analisando conceitos fundamentais para alcançar os objetivos traçados neste estudo, como o uso público em Unidades de Conservação, turismo de natureza e ecoturismo, dentre outros.

Já a pesquisa de campo envolveu a aplicação de questionários com visitantes do PEIb, em dois momentos. O questionário em questão foi aplicado em dois momentos diferentes no parque, um em setembro de 2024 e outro em fevereiro de 2025, com aproximadamente 5 a 6 meses de diferença entre uma aplicação e outra. Na primeira aplicação foram entrevistadas 65 pessoas e na segunda aplicação 56, totalizando 121 pessoas entrevistadas. Tal esforço esteve vinculado a uma atividade da disciplina Turismo e Áreas Protegidas, sob responsabilidade do professor Altair Sancho Pivoto.

Foram abordados aspectos como: aspectos sociodemográficos, expectativa de viagem, motivações de viagem, experiências e satisfação do respondente. As questões foram divididas em blocos de acordo com o tipo de questionamento. Num primeiro momento pergunta-se sobre características pessoais como idade, gênero, entre outros; posteriormente sobre como foi o planejamento de viagem; na terceira parte sobre as motivações e o que o respondente mais preza em parques naturais; nas fases 4 e 5 abordou-se perguntas sobre a experiência direta do visitante, pedindo para que avaliasse os serviços prestados pelo parque, como banheiros, trilhas, etc.; na etapa 6 é avaliado os tipos de sensação possíveis em um parque natural, como bem-estar físico, psicológico, entre outros tipos; nas duas últimas etapas há um questionamento aberto no qual o respondente pode dar dicas e sugestões para com o funcionamento do parque. Para mensurar o nível de sensação de bem-estar utilizou-se da escala likert de 10 pontos, sendo 0 um baixo bem-estar e 10 um ótimo bem-estar.

Após a realização das pesquisas de campo, os dados foram tabulados e analisados pautando-se nos conceitos debatidos no referencial teórico e nos documentos coletados. Para tanto, foram elaboradas tabelas para facilitar a visualização e dimensionamento dos dados

coletados, relacionando-os de modo a encontrar respostas para perguntas prévias sobre a satisfação dos visitantes.

É importante ressaltar que, o Parque Estadual do Ibitipoca é um parque localizado no município de Lima Duarte, em Minas Gerais, dentro de uma área protegida do estado com mais de 1000 hectares. O parque possui três circuitos internos, sendo esses: Circuito das águas, Circuito do Pião e Circuito Janela do Céu, todos tendo atrativos de renome como a Janela do Céu, o Lago dos Espelhos e a Cachoeira dos Macacos. (MINAS GERAIS, 2023).

A gestão do PEIB é de responsabilidade do IEF e, a partir de agosto de 2023, os serviços de apoio à visitação na unidade passaram a ser de responsabilidade da empresa PARQUETUR. A empresa, como apontado no site oficial do parque (MINAS GERAIS, 2023), também é responsável por gerir outras áreas protegidas, como o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, em Alto Paraíso de Goiás (GO), Parque Nacional do Itatiaia, em Itatiaia (RJ), dentre outros locais.

6. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste tópico, serão apresentados os resultados da pesquisa com os visitantes do Parque Estadual do Ibitipoca com foco na análise do nível de satisfação e qualidade da experiência. Primeiramente, buscou-se traçar o perfil dos visitantes e, posteriormente, o nível de satisfação em relação aos serviços utilizados e qualidade da experiência de visitação.

6.1 – Perfil do Visitante

O questionário usado como base de dados para este trabalho entrevistou 121 pessoas entre setembro de 2024 e fevereiro de 2025. Abaixo, na Tabela 1, está disposto os dados sociodemográficos dos respondentes, dos quais 45% são do gênero masculino e 55% do gênero feminino.

Tabela 1 – Dados sociodemográficos visitantes do Parque Estadual do Ibitipoca

PARQUE ESTADUAL DO IBITIPOCA
Visitantes

Gênero	
M	45%
F	55%
Idade	
18-35	55%
35-55	38%
mais de 55	7%
Escolaridade	
Ens. Fund.	3%
Ensino Médio	16%
Superior Incompleto	23%
Ensino Superior	38%
Pós-Graduação	13%
Renda Média Familiar	
até 2SM	25%
de 2 a 5 SM	32%
5 a 10 SM	22%
mais de 10 SM	21%
não desejo informar	0%
Tipo de Grupo	
Sozinho	9%
Amigos e Família	41%
Amigos	26%
Outros	24%

Fonte: elaboração própria (percentuais aproximados).

A partir da tabela, pode-se dizer que a maior parte do público que participou da pesquisa é jovem, sendo mais da metade (55% aproximadamente) dos respondentes da pesquisa tendo até 35 anos de idade. Apesar disso, boa parte dos visitantes se encaixa na faixa etária entre 35 e 55 anos, contemplando 38% dos entrevistados. Apenas 7% dos 121 entrevistados tinham mais de 55 anos.

Em relação ao nível de escolaridade, percebe-se que 38% dos entrevistados possuem ensino superior completo, 23% superior incompleto, juntos representando 61% do público que respondeu a pesquisa. Apenas 3% dos entrevistados possuíam apenas ensino fundamental e outros 16% apenas ensino médio. 13% dos respondentes diz possuir pós graduação. Esse alto

nível de formação pode sugerir uma maior predisposição ao ecoturismo, com visitantes com maior conscientização ambiental.

A maior parte dos visitantes possuem renda média familiar de 2 a 5 salários mínimos, representando 32% de quem respondeu a pesquisa. Seguido desses, com 25%, visitantes com renda familiar média de até 2 salários mínimos e posteriormente, com 22% e 21%, quem possui renda familiar de 5 a 10 salário ou mais de 10 salários mínimos, respectivamente.

Dos visitantes entrevistados, 41% viajam ao Parque Estadual do Ibitipoca com família e amigos, 26% com apenas amigos e 9% vão sozinhos. Ou seja, a maior parte do público viaja com pelo menos mais uma pessoa e apenas um pequeno grupo faz a viagem de forma sola. Ademais, 24% vai com outros tipos de grupos e companhias, como excursões.

Diante disso, pode-se afirmar que a maior parte do público que frequenta o parque vai com família e amigos e tende ser mais jovem. Além disso, grande parte do público possui renda familiar mensal de até 5 salários mínimos, compondo 57% dos entrevistados na pesquisa. Apesar disso, há uma concentração considerável de pessoas com renda familiar de mais de 5 salários, representando 43%.

Além disso, também é considerado neste item as motivações principais para a visita ao parque como um intermediador essencial de análise dessa experiência, sendo que esse fator é de crucial importância para classificarmos a modalidade de turismo realizada em maior intensidade no parque. De acordo com a pesquisa, a principal motivação dos visitantes para a ida ao PEIb é o contato com a natureza, representando 62% dos entrevistados, seguida pela motivação descanso e lazer com 22% dos visitantes. Uma justificativa possível para essa motivação está atrelada a vida na pós-modernidade que está muito concentrada nos centros urbanos, dominado pela intensidade do dia-a-dia, alta poluição auditiva, visual e atmosférica. Portanto, o PEIb surge como uma “fuga da realidade” para os visitantes que enxergam no parque uma possibilidade de contato com um ambiente mais natural e com menor influência humana direta. Outro fator possível, como citado anteriormente pelos autores referenciado, é o aumento de iniciativas de ecoturismo, e o PEIb pode estar sendo usado por esses turistas como um local de reconexão com a natureza, o que constitui um dos pilares do ecoturismo.

6.2 – Avaliação dos Serviços

A pesquisa avaliou 14 tipos de serviços, a maior parte sob responsabilidade da concessionária PARQUETUR: limpeza e higiene dos ambientes, disponibilidade de informações, atendimento, bilheteria, hospedagem, alimentação, estacionamento, placas de informação, rede de trilhas e sinalização de trilhas, vias de acesso internas e conforto e acessibilidade e guiamento de visitantes, este último prestado por condutores locais cadastrados no parque..

Todos os serviços prestados foram avaliados positivamente pelo público da pesquisa, tendo as opções bom e ótima representando a maior parte das respostas (Tabela 2). Como exemplo, na avaliação da limpeza e higiene dos ambientes, 34% avaliaram o serviço como bom e 65% como ótimo, somando ambos tendo 99% de satisfação positiva com o serviço prestado. Outros exemplos nos quais o percentual de aprovação (somando bom e ótimo) é maior que 90% são a avaliação da disponibilidade de informações, com 92% de aprovação; a cordialidade e atendimento dos funcionários, com 98% de aprovação; as placas de informação, com 96% de aprovação; e a rede de trilhas com 93% de aprovação. Isso sugere que o PEIb tem uma ótima infraestrutura interna para atender a demanda de pessoas que desejam visitá-lo.

Tabela 2 – Avaliação dos serviços prestados no Parque Estadual do Ibitipoca

PARQUE ESTADUAL DO IBITIPOCA	
Visitantes	
Limpeza e higiene dos ambientes	
Avaliação positiva (bom ou ótimo)	99%
Avaliação negativa (ruim ou péssimo)	0%
Não quis opinar	1%
Disponibilidade de informações	
Avaliação positiva (bom ou ótimo)	92%
Avaliação negativa (ruim ou péssimo)	8%
Não quis opinar	0%
Cordialidade e atendimento	
Avaliação positiva (bom ou ótimo)	98%
Avaliação negativa (ruim ou péssimo)	1%

Não quis opinar 1%

Guiamento de visitantes

Avaliação positiva (bom ou ótimo) 36%

Avaliação negativa (ruim ou péssimo) 7%

Não utilizou 57%

Bilheteria

Avaliação positiva (bom ou ótimo) 81%

Avaliação negativa (ruim ou péssimo) 2%

Não utilizou 17%

Hospedagem (camping)

Avaliação positiva (bom ou ótimo) 40%

Avaliação negativa (ruim ou péssimo) 1%

Não utilizou 59%

Serviços de alimentação

Avaliação positiva (bom ou ótimo) 62%

Avaliação negativa (ruim ou péssimo) 10%

Não utilizou 28%

Locais de estacionamento

Avaliação positiva (bom ou ótimo) 68%

Avaliação negativa (ruim ou péssimo) 15%

Não utilizou 17%

Placas de informação

Avaliação positiva (bom ou ótimo) 96%

Avaliação negativa (ruim ou péssimo) 4%

Não quis opinar 0%

Rede de trilhas

Avaliação positiva (bom ou ótimo) 93%

Avaliação negativa (ruim ou péssimo) 6%

Não utilizou 1%

Sinalização de trilhas

Avaliação positiva (bom ou ótimo)	84%
Avaliação negativa (ruim ou péssimo)	15%
Não quis opinar	1%
Banheiros	
Avaliação positiva (bom ou ótimo)	69%
Avaliação negativa (ruim ou péssimo)	12%
Não utilizou	17%
Vias de acesso internas	
Avaliação positiva (bom ou ótimo)	88%
Avaliação negativa (ruim ou péssimo)	11%
Não quis opinar	1%
Conforto e acessibilidade dos ambientes	
Avaliação positiva (bom ou ótimo)	83%
Avaliação negativa (ruim ou péssimo)	16%
Não quis opinar	1%

Fonte: elaboração própria (percentuais aproximados).

Alguns serviços, apesar de terem grande aprovação, possuem uma maior parcela de reprovação ao serviço em questão ou o serviço não foi muito utilizado pelos visitantes. Dentre esses serviços, tem-se o guiamento de visitantes, com 36% dos entrevistados avaliando como bom ou ótimo e 57% não utilizando o serviço de guiamento; a bilheteria com 81% de aprovação e 17% que não utilizaram; a hospedagem (camping) com 40% de aprovação e 59% que não utilizaram; os serviços de alimentação com 62% de aprovação, 28% que não utilizaram e cerca de 10% não gostaram do serviço; os locais de estacionamento com 68% de aprovação, 17% que não utilizaram e outros cerca de 15% que avaliaram negativamente o serviço; a sinalização das trilhas com 84% de aprovação e cerca de 15% de rejeição ao serviço; os banheiro com 69% de aprovação e 19% que não utilizaram; as vias de acesso internas com 88% de aprovação e cerca de 12% que não gostaram; e por último, o conforto e acessibilidade dos ambientes com 83% de aprovação e cerca de 17% de reprovação. É importante que a gestão do parque fique atenta às

reprovações que ultrapassam os 10%, pois essas podem influenciar no bem-estar e na projeção do parque a outras pessoas que ainda não o visitaram. Portanto, sugere-se que se faça estudos mais aprimorados tratando das motivações que levaram essas pessoas a não avaliarem positivamente o serviço.

Além dessas 14 questões abrangendo a satisfação com os serviços prestados, outras quatro questões foram aplicadas questionando o visitante sobre a necessidade de melhorias em serviços e aparatos já existentes no PEIb. A partir disso, 56% dos entrevistados dizem haver necessidade ou muita necessidade de mais sinalização nas trilhas, assim como 55% dizem sentir falta de mais placas de informação. A maior parte, 78%, diz haver pouca ou nenhuma necessidade de mais trilhas no PEIb, enquanto cerca de 22% dizem sentir necessidade. A sinalização precária nas trilhas pode contribuir negativamente para a experiência em grandes áreas naturais, como o PEIb, nas quais sinais de GPS ou de celular costumam não funcionar devidamente, e, portanto, a boa disposição de placas sinalizantes é de suma importância para os visitantes se posicionarem espacial e temporalmente no parque.

A avaliação positiva desses serviços que são, em sua maioria, prestados pela empresa PARQUETUR– concessionária do PEIb –, indica que, a partir da satisfação aferida e analisada nos parágrafos anteriores, desempenha papel assertivo no que tange os serviços avaliados. Contudo, ressalta-se a importância da empresa verificar rotineiramente a manutenção positiva de tais serviços para que isso não influencie negativamente na experiência de nenhum visitante do parque.

6.3 – Experiência e bem-estar

Um dos principais focos da pesquisa aplicada tinha correlação com a experiência do visitante no Parque Estadual do Ibitipoca. Aqui, para compreender o fluxo deste artigo, entende-se experiência como todos os aspectos de bem-estar físicos, emocionais, espirituais e ecológicos que abrangem a passagem dos visitantes pelo parque. Além disso, as indagações sobre a influência da lotação na experiência final do visitante serão discutidas.

Ao serem questionados sobre a experiência geral no PEIb, 62% dos visitantes avaliaram como sendo ótima e 36% como boa, enquanto apenas 2% preferiram não responder. Juntando avaliações ótimas e boas, 98% dos entrevistados avaliam o parque positivamente. Portanto, pode-se dizer que, para quase todos os respondentes, possíveis serviços avaliados de forma

negativa não influenciam de forma muito direta numa avaliação ruim ou péssima do parque. Isso pode indicar que a maior parte desses serviços não são, necessariamente, cruciais para alcançar os objetivos iniciais da visita dos respondentes.

Ao avaliarem o impacto do nível de lotação na experiência final, 35% dos respondentes, em uma escala de 1 a 10, dão notas 8, 9 ou 10, representando que uma grande quantidade de pessoas nesses ambientes naturais contribui muito negativamente para a experiência desse grupo. Já outros 46% dos respondentes deram notas 0, 1 ou 2, o que representa pouca ou nenhuma influência da lotação no nível de experiência final. Os outros 20% de entrevistados dão alguma nota entre 3 e 7, simbolizando certo grau de insatisfação com a lotação de pessoas no parque. A partir disso, pode-se afirmar que há, em resumo, dois tipos distintos de entrevistados: os que entendem a lotação como um problema e os que não veem problema nenhum na quantidade de pessoas no parque durante a visita. Para o primeiro grupo, a justificativa possível para essa sensação pode estar relacionado a uma idealização de que áreas naturais preservadas são ambientes intocáveis, com pouca influência humana e que servem como escapes da realidade dos grandes centros urbanos, mais caóticos e de alta lotação de pessoas. Já para o segundo grupo, o parque pode funcionar como um local de reconexão (consigo mesmo e com outros, visto que grande parte viaja com mais de 2 pessoas) e, além disso, uma oportunidade de interação social em meio ao ambiente natural, entendendo o estabelecimento de novos laços sociais como parte crucial da experiência.

A partir disso, pode-se analisar a avaliação do bem-estar dos visitantes nos diferentes enfoques descritos acima. Começando pelo bem-estar físico, 86% deram notas 8, 9 ou 10, representando um ótimo bem-estar físico experienciado durante a visita ao parque. Esse número é representado na grande quantidade de trilhas ao longo do parque, que costumam ser utilizadas para caminhadas longas, o que requer um esforço físico considerável, e portanto pode trazer bem-estar físico aos visitantes. Dos entrevistados, 9% disseram que o bem-estar físico experienciado no parque poderia ser expresso com notas menores que 5. É possível que, devido à falta conhecimento para com relação ao nível das trilhas no parque, algumas pessoas podem ter ido menos preparadas e portanto sentiram grande dificuldade física para realizar as atividades disponíveis no parque.

Outro enfoque de experiência, é o bem-estar psicológico, que abrange a recuperação de energias, melhorias no estresse e ansiedade, entre outros aspectos. Para este enfoque, 97% dos

visitantes deram notas 8, 9 e 10, o que representa um bem-estar psicológico extremamente perceptível. Esse valor conversa com uma das principais motivações retratadas que é descanso e lazer, isto é, praticamente todas as pessoas veem como positiva a influência do parque em sua saúde mental. Válido ressaltar que o Brasil foi considerado o país com mais casos de ansiedade no mundo, tendo 9,3% de sua população sofrendo com ansiedade patológica (G1, 2023), e portanto o parque pode funcionar como um local de relaxamento para pessoas que possuem transtornos tanto quanto para preveni-los.

A avaliação do bem-estar espiritual, que abrange uma busca por inspiração na natureza, busca de significados para questões filosóficas e/ou espirituais, teve 89% de pessoas que deram notas 8, 9 e 10, o que indica uma influência considerável do parque neste aspecto. De modo geral, ambientes naturais são muito utilizados para práticas de atividades religiosas, como retiros, rituais, etc., logo, é possível que o parque, por ser também um ambiente natural, possa remeter a memórias afetivas dos visitantes.

Por último, temos a avaliação do bem-estar ecológico, que abrange questões de vínculo com o ambiente natural e cidadania ecológica, como conhecimentos sobre Unidades de Conservação e a importância dessas áreas para a vida em sociedade. Dos entrevistados, 91% deram notas 8, 9 ou 10 para a sensação de bem-estar ecológico, representando que tiveram um bom aproveitamento das questões que envolvem o meio ambiente natural em que o PEIb está localizado. Ainda sobre ecologia, a pesquisa também averiguou que 76% dos entrevistados avaliaram como bom ou ótimo os aprendizados sobre Unidades de Conservação e seus objetivos, 62% como bom ou ótimo os aprendizados sobre fauna; 75% como bom ou ótimo os aprendizados sobre flora; cerca de 53% como bom ou ótimo os aprendizados sobre a história e as formações rochosas do parque; e 74% avaliaram que adquiriram mais informações sobre conscientização ambiental. Logo, pode-se supor que o parque contribui positivamente no que diz respeito à educação ambiental de seus visitantes, contribuindo para a divulgação de informações sobre a importância das UCs e a influência da preservação dessas áreas no mantimento do parque como tal. Apesar disso, é importante que a gestão do parque invoque mais esforços para aumentar esses percentuais ao longo dos anos, visto que apesar de positivos, alguns resultados podem ser muito melhores, como a divulgação da história do parque e das formações rochosas que o compõem.

A partir dos resultados acima, é possível sim entender que a experiência dos turistas no Parque Estadual do Ibitipoca pode estar classificada na categoria de ecoturismo, no que tange os

aspectos analisados, para grande parte dos turistas que a visitam. Isto porque grande parte dos entrevistados diz ter motivações de contato com a natureza como principal motivador para visitar o parque e, ainda, a mesma maioria concorda que o parque contribui positivamente na conscientização ambiental dos visitantes, bem como também nos objetivos de uma Unidade de Conservação. Boa parte dos turistas busca criar conexões com a natureza enquanto viaja ao parque e, além disso, busca adquirir conhecimentos sobre o ecossistema e a biodiversidade local.

Portanto, ao contribuir positivamente para os quatro aspectos de bem-estar avaliados acima, e, principalmente, para o bem-estar ecológico, pode-se classificar, nas bases deste estudo, que existem aspectos do ecoturismo presentes no Parque Estadual do Ibitipoca. Para avaliar a intensidade dessa modalidade (soft ou hard) é necessário que se faça mais estudos específicos, que avaliem mais profundamente as características desta tipologia de turismo e se o PEIb cumpre os requisitos para a mesma. Até porque, o ecoturismo requer, além de um incentivo a conscientização ambiental e os pré-requisitos de sustentabilidade e minimização de impactos, um olhar sobre as comunidades locais, às incluindo na gestão efetiva das UCs.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo era avaliar o nível de satisfação e compreender a experiência do visitante no Parque Estadual do Ibitipoca. Logo, verifica-se a utilização de conceitos bases como Unidades de Conservação, o uso público e o tipo de parcerias entre os parques e as unidades de conservação.

Para chegar aos objetivos propostos, utilizou-se de um questionário qualitativo com questões sobre satisfação e experiências vividas no Parque Estadual do Ibitipoca. A aplicação do questionário foi feita em dois momentos diferentes entre setembro de 2024 e fevereiro de 2025 com 121 pessoas.

A partir das análises feitas, pode-se concluir que o Parque Estadual do Ibitipoca, sob o modelo de concessão com a empresa Parquetur, tem tido um bom desempenho no que tange às questões de serviços prestados. Grande parte dos serviços prestados possuem aprovação hiper positiva pelos visitantes, como a limpeza, a rede de trilhas, entre outros apontados acima.

Além disso, o PEIb também se destaca positivamente no que diz respeito a experiência sensorial do visitante, que avaliam o parque positivamente em todos os aspectos de bem-estar

avaliados (físicos, psicológicos, espirituais e ecológicos). Ademais, o parque, segundo os visitantes é avaliado positivamente no que diz respeito a aprendizados sobre educação ambiental adquiridos durante a visita, seja em relação às UCs, ou a própria configuração do parque, algo que pode ser um forte indício da presença do ecoturismo enquanto modalidade de turismo de natureza na localidade.

Diante do exposto, conclui-se que a experiência geral no Parque Estadual do Ibitipoca é muito positiva, tendo bons resultados na avaliação dos serviços prestados e na mensuração sensorial de bem-estar dos visitantes no parque. Contudo, é interessante que a empresa responsável pela gestão do parque – PARQUETUR – se atente aos pontos de atenção delimitados ao longo da análise dos resultados obtidos.

8. REFERÊNCIAS

BRASIL. Portaria nº 289, de 3 de maio de 2021. **Dispõe sobre o uso público em Unidades de Conservação.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 3 de maio de 2021.

DA SILVA, Grislayne Guedes Lopes; RAIMUNDO, Sidnei. **Modelos de concessão de serviços em Parques Nacionais brasileiros.** Curitiba, PR: Revista Turismo e Sociedade – UFPR, vol 14, nº 2, 2021.

FABRICIO, Ana Carolina Baggio. **Turismo, meio ambiente e sustentabilidade.** Curitiba, PR: Editora Intersaberes, 1ª edição, 2015.

FONSECA, Anderson J. S.; SILVA, Helena P. B.; ALBURQUERQUE, Rosany C. L. **Reflexões sobre a criação das Unidades de Conservação no Brasil e o Sistema Nacional de Unidades de Conservação.** Recife, PE: Revista de Geografia, vol 36, nº 3, 2019.

FONSECA, Virginia M.; SCALCO, Raquel F.; ARAUJO, Diego M. **Iniciativa extensionista em tempos pandemônicos à natureza: para além das concessões, por outras modalidades de parcerias em áreas protegidas.** Rio de Janeiro, RJ: Raízes e Rumos, vol 10, nº 1, 2022.

FRANCO, Marcos B. A.; FRANCO, Jose L. A.; CUNHA, Andre A. **Ecoturismo, Conservação da Natureza e Deep Ecology: uma Reflexão sobre o Turismo como Experiência de Ampliação da Consciência.** Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science, vol 10, nº 2, 2021.

LOPES, Elfany R. N. **Aspectos ambientais e históricos do sistema nacional de unidades de conservação: 12 anos de implantação.** Aquidabã, SE: Nature and Conservation, vol 6, nº 2, 2013.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Governo Federal, 2024. **Visitação de parques nacionais bate recorde em 2023 e consolida o ecoturismo entre as preferências dos viajantes.** Disponível em: www.gov.br/turismo. Acesso em: 08 de janeiro de 2025.

OLIVEIRA, Maria P. C. V.; AQUINO, Cláudia M. S.; AQUINO, Renê P. **Mas, afinal o que é Turismo, Geoturismo, Turismo de Natureza, Turismo de Aventura, Ecoturismo e Turismo Rural?.** Revista Geoconexões Online, vol 3, nº 2, 2023.

REDE GLOBO. G1, 2025. **Por que o Brasil tem a população mais ansiosa do mundo.** Disponível em: www.g1.globo.com. Acesso em: 07 de março de 2025.

MINAS GERAIS. Parque do Ibitipoca, 2023. **Parque Estadual do Ibitipoca.** Disponível em: www.parquedoibitipoca.com.br. Acesso em: 08 de janeiro de 2025.

SANCHO-PIVOTO, Altair; RODRIGUES, Camila Gonçalves de Oliveira; BOTELHO, Eloise Silveira; FONSECA, Virgínia Martins. **O processo de concessão no Parque Estadual do Ibitipoca (MG): questões preliminares sobre controle social das parcerias para o turismo.** São Paulo, SP: Revista Brasileira de Ecoturismo, vol 15, nº 4, 2022.

SANCHO-PIVOTO, Altair; RAIMUNDO, Sidnei. **As contribuições da visitação em parques para a saúde e bem-estar.** São Paulo, SP: Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo, vol 16, e-2546, 2022.

VALLEJO, Luiz Renato. **Uso público em áreas protegidas: atores, impactos, diretrizes de planejamento e gestão.** Niterói, RJ: Revista Eletrônica Uso Público em Unidades de Conservação, vol 1, nº 1, 2013.

ANEXO 1

Questionário Visitantes PEIB

1. Dados Demográficos (DEIXAR ESSE BLOCO DE PERGUNTAS POR ÚLTIMO)

1.1. Idade:

- Menos de 18 anos
- 18-24 anos
- 25-34 anos
- 35-44 anos
- 45-54 anos
- 55-64 anos
- 65 anos ou mais

1.2. Gênero:

- Masculino
- Feminino
- Outro
- Prefiro não responder

1.3. Estado/Cidade de Residência:

Estado: _____

Cidade: _____

1.4. Escolaridade:

- Ensino Fundamental
- Ensino Médio
- Ensino Superior Incompleto
- Ensino Superior Completo
- Pós-graduação
- Outros: _____

1.5 Renda Mensal:

- Até 1 SM
- De 1 a 2 SM
- De 2 a 5 SM
- D 5 a 10 SM
- mais de 10 SM

1.6 Com quem e com quantas pessoas está viajando, incluindo você?

- Sozinho
- Família _____
- Família e amigos _____
- Excursão _____
- Outro: _____

2. Organização da Viagem

2.1 Planejamento da viagem:

- autônomo
- utilização de serviços de terceiros (agências/operadoras)

2.2. Número de dias da viagem?

- 1 dia
- 2 dias
- 3 dias ou mais

2.3. Como você soube do Parque Estadual de Ibitipoca?

- Já conhecia
- Amigos ou familiares
- Redes sociais
- Site oficial do parque
- Blogs/vlogs de viagem
- Agência de turismo
- Outros: _____

3. Motivações e Preferências

3.1. Qual foi a principal motivação para visitar o parque?

- Contato com a natureza
- Praticar esportes (caminhada, corrida, etc.)
- Descanso e lazer
- Fotografia
- Conhecer a fauna e flora
- Outro: _____

3.2. O que mais atraiu você para o Parque Estadual de Ibitipoca? (Escolha até 3 opções)

- Trilhas
- Cachoeiras
- Paisagens
- Tranquilidade
- Biodiversidade
- Infraestrutura
- Outros: _____

3.3 Qual o grau de importância desses serviços para a sua experiência (ANTES DA VISITA)?

Obs. Outros serviços podem ser adicionados a depender das características e da dinâmica da visitação na UC

	Nada importante	Pouco importante	Indiferente	Importante	Muito importante
Limpeza e higiene dos ambientes					
Disponibilidade e de informações					
Cordialidade e atendimento dos funcionários					
Condução de visitantes					
Bilheteria					
Hospedagem					
Serviços de alimentação (restaurante ou lanchonete)					

3.4 Qual o grau de importância dessas infraestruturas para a sua experiência?

Obs. Outras infraestruturas podem ser adicionadas a depender das características e da dinâmica da visitação na UC

	Nada importante	Pouco importante	Indiferente	Importante	Muito importante	Indisponível nesta unidade
Locais de estacionamento						
Centro de Visitantes						
Placas de informação						
Rede de trilhas						
Sinalização nas trilhas						
Banheiros						
Conforto e acessibilidade dos ambientes						

4. Atividades Realizadas

4.1. Quais atividades você realizou durante sua visita ao parque? (Escolha todas as opções que se aplicam)

() Trilhas

- Banho em cachoeiras
- Piquenique
- Observação de fauna e flora
- Fotografia
- Camping
- Participação em evento
- Outros: _____

5. Avaliação das Experiências e Serviços

5.1 Como foi sua experiência geral no Parque Estadual de Ibitipoca?

- ótima
- boa
- prefiro não declarar
- ruim
- péssima

5.1.1 Por que? _____

5.2 Você conheceu o Centro de Visitantes do PEIb?

- Não (ir para 5.2.2)
- Sim

5.2.1 Se sim, qual a razão da ida ao Centro de Visitantes (ir para 5.3)?

- Informações Turísticas e Ambientais
- Estudo/Pesquisa
- Curiosidade
- Serviços
- Outros _____

5.2.2 Se não, porque razão (ir para 5.4)?

- Não sabia que existia
- Não quis
- Não teve tempo
- Não se sentiu atraído
- Estava Fechado
- Outra _____

5.3 Qual a sua opinião quanto aos seguintes aspectos do Centro de Visitantes do Parque?

	Ótima	Boa	Prefiro não declarar	Ruim	Péssimo
Localização					
Atendimento/ mediação					

Informações ambientais e histórico-culturais					
Informações Turísticas					
Infraestrutura					

5.4 Como você avalia a qualidade dos serviços que você usou durante esta visita na unidade de conservação?

Obs. Outros serviços podem ser adicionados a depender das características e da dinâmica da visitação na UC

	Ótima	Boa	Prefiro não declarar	Ruim	Péssimo	Não utilizou
Limpeza e higiene dos ambientes						
Disponibilidade de informações						
Cordialidade e atendimento dos funcionários						
Condução de visitantes						
Bilheteria						
Hospedagem						
Serviços de alimentação (restaurante ou lanchonete)						

5.5 Como você avalia a qualidade da infraestrutura que você usou durante esta visita na unidade de conservação?

Obs. Outras infraestruturas podem ser adicionadas a depender das características e da dinâmica da visitação na UC

	Ótima	Boa	Prefiro não declarar	Ruim	Péssimo	Não utilizou/ visitou
Locais de estacionamento						
Placas de informação						
Rede de trilhas						
Sinalização nas trilhas						
Banheiros						
Vias de acesso internas						

Conforto e acessibilidade dos ambientes						
---	--	--	--	--	--	--

5.6 Há alguma infraestrutura não oferecida pela unidade de conservação que você gostaria de ter encontrado?

	Não há necessidade	Pouca necessidade	Necessário	Muito necessário	Prefiro não declarar
Mais trilha(s)					
Mais Mirante(s)					
Sinalização nas trilhas					
Placas de informação					
OUTRA:					

5.7 Como você avalia o nível de aprendizado em relação a:

	Ótimo	Bom	Prefiro não declarar	Ruim	Péssimo
Objetivos da UC					
Espécies de fauna					
Espécies de flora					
Conhecimento sobre a história do parque					
Conhecimento sobre as formações rochosas do parque					
Conscientização ambiental					

5.8 Em uma escala de 1 a 10, qual sua percepção em relação à contribuição da visita para:

5.8.1 Bem-estar físico (prática de atividades físicas em geral, prevenção, cuidado ou tratamento da saúde física do corpo)

Nada importante ① ② ③ ④ ⑤ ⑥ ⑦ ⑧ ⑨ ⑩ Muito importante

5.8.2 Bem-estar mental/psicológico (para se recuperar do cansaço/stress mental, relaxar, ficar tranquilo, sossegado)

Nada importante ① ② ③ ④ ⑤ ⑥ ⑦ ⑧ ⑨ ⑩ Muito importante

5.8.3 Bem-estar espiritual (para conectar-se com a natureza, buscar inspirações da natureza, buscar significado/propósito de vida, meditar, refletir / autoconhecimento)

Nada importante ① ② ③ ④ ⑤ ⑥ ⑦ ⑧ ⑨ ⑩ Muito importante

5.8.4 Bem-estar ecológico (para experimentar, conhecer e estabelecer vínculos com o ambiente natural, desenvolver cidadania ecológica)

Nada importante ① ② ③ ④ ⑤ ⑥ ⑦ ⑧ ⑨ ⑩ Muito importante

5.9 O quanto o número de pessoas encontradas nas trilhas e atrativos influenciou negativamente seu nível de satisfação e experiência de visita?

Nenhuma influência ① ② ③ ④ ⑤ ⑥ ⑦ ⑧ ⑨ ⑩ Muita influência

5.10 Você recomendaria a visita ao parque a outras pessoas?

Nada provável ① ② ③ ④ ⑤ ⑥ ⑦ ⑧ ⑨ ⑩ Extremamente provável

5.11 Você pretende voltar ao PEIb

Sim

Não

6. Sugestões, críticas